



Câmara Municipal de São Vicente

**Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade
Primeira Câmara das Américas**

AUTÓGRAFO N.º 6040

Autoriza temporariamente o saque antecipado do pecúlio devido aos servidores inativos do Município de São Vicente, e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

D E C R E T A

Art. 1º - Aos servidores municipais inativos fica assegurado o direito de sacar, de modo antecipado, o valor relativo ao pecúlio a que fizer jus, limitado em até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por mês, pelo período de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º O prazo fixado no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, por igual período, uma única vez, por Decreto do Executivo.

§ 2º Na hipótese de o servidor inativo perceber a vantagem mensal instituída pelo artigo 1º, § 2º, primeira parte, da Lei nº 1.520, de 25 de agosto de 1972:

I - o valor estabelecido no *caput* será reduzido, em igual proporção;

II - findo o prazo do saque adicional autorizado por este artigo, será restabelecido o valor anteriormente recebido.

§ 3º Os valores sacados antecipadamente, nos termos deste artigo, serão descontados do valor final do valor devido ao beneficiário ou a seus dependentes.

§ 4º Esgotado o valor final do pecúlio devido, o servidor não fará jus ao saque antecipado, ao prêmio ou a qualquer valor adicional, em qualquer hipótese.



Câmara Municipal de São Vicente

***Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade
Primeira Câmara das Américas***

AUTÓGRAFO N.º 6040

§ 5º A Caixa de Saúde e Pecúlio dos Servidores Municipais de São Vicente enviará ao Prefeito relatórios mensais para subsidiar eventual decisão quanto ao disposto no § 1º deste artigo.

Art. 2º O saque dos valores autorizados por esta Lei somente será devido a partir da data do protocolo do pedido, vedada, em qualquer hipótese, a percepção retroativa de valores.

Art. 3º O piso dos proventos de aposentadoria dos servidores concursados inativos, do Município de São Vicente, não poderá ser inferior a R\$ 1.918,00 (mil novecentos e dezoito reais).

Art. 4º O Poder Executivo, por Decreto, regulamentará a execução desta Lei no que couber.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA AGENOR LAPENNA, em 14 de agosto de 2025.

WAGNER SANTOS PINHEIRO
Presidente

PL nº 83/25
Proc. nº 182/25